

Reis Velloso não condiciona a abertura à situação econômica

“A discussão, “que a alguns ainda emociona”, de se a situação econômica vai ou não prejudicar o processo de liberalização política é descartada pelo ex-ministro do Planejamento, Reis Velloso, para quem as dificuldades por que passa e passara ainda o país de modo algum justificam uma discussão de se e oportunamente, ou não continuar a liberalização. Ao falar, em Teresina, por ocasião de sua posse na Cadeira nº 17 da Academia Piauiense de Letras, Velloso fez ampla análise da situação atual do país e apontou alguns fatores condicionantes da evolução política próxima.

Ao criticar a tese dos que vêm estreitamente a correlação entre a situação econômica e a liberalização política, Velloso disse que “não é possível escolher época para fazer abertura democrática, salvo em termos de ameaça à segurança nacional, o que não ocorre atualmente no país. Do contrário, haveria sempre o pretexto para não liberalizar: se é fase de grande expansão, para não prejudicar o ritmo de crescimento; se é fase de dificuldades, para não agravá-las.

“E como se um indivíduo fosse abrir mão de amar uma mulher em função de ter muitas responsabilidades de negócios: ou se a Igreja suspendesse sua função de evangelizar porque o país foi invadido e é preciso expulsar o inimigo. As coisas que dizem respeito à felicidade e à dignidade humana não podem ser postas de lado nas situações de crise geral.

“Ao contrário, a progressiva liberalização, como está ocorrendo, pode tornar mais toleráveis as dificuldades, na medida em que passa a haver mais sociedade e menos governo, ou pelo menos no sentido de que todo mundo está desabafando as suas máquinas”.

Reis Velloso desestimula a ideia de que a abertura, em si, seja a solução dos problemas do país. “O que ela traz é mais liberdade, e isso é uma forma de realização do homem. Mas, da mesma forma que encontrar o amor não nos dá um emprego melhor, os problemas do balanço de pagamentos, da inflação, pobreza, desequilíbrios regionais, violência urbana, continuam. So que, com liberdade, com amor, a vida adquire mais sentido”.

POBREZA ABSOLUTA

Embora afirmando que a Revolução de 64, com todas as suas limitações, “mudou a dimensão do país”, transformando o Brasil em um dos líderes do Grupos dos 77, e admitindo que os dados indicativos da atual tensão econômica do país são expressivos em relação a países europeus e guardam pouca semelhança com o que eram até o início dos anos 60, Reis Velloso se refere aos graves desequilíbrios que poderão inviabilizar o regime econômico de mercado.

“Os diferenciais de renda, na escala de salários, são muito grandes, segundo padrões de países desenvolvidos, embora isso seja comum nos estágios de progresso industrial acelerado e pouco ordenados, de urbanização brusca, e de disseminação muito rápida do ensino superior.

“Num sentido mais amplo, o teste de validade do modelo neocapitalista, no Brasil, está em incorporar o grande número. Todos os casos de sucesso do modelo capitalista – Estados Unidos, Comunidade Econômica Europeia e Japão – revelaram exatamente essa característica: pela combinação de forças de trabalho, capital físico, tecnologia, iniciativa empresarial, ampliação de mercado, foi possível gerar uma massa crítica que torna o progresso auto-sustentável, com flutuações cíclicas toleráveis, dentro de um regime sustentável social e politicamente”.

O ex-ministro acredita que a preocupação com a viabilidade do regime econômico de mercado se impõe em defesa da própria democracia liberal e cita Charles Lindblom, para afirmar que “a democracia liberal só se efetivou em nações de sistema de mercado, não em todas elas, mas somente nelas. A relação entre mercado e democracia é, sob muitos aspectos, um surpreendente fato histórico”.

“E se falamos nessa viabilidade – diz o ex-ministro do Planejamento – não é possível deixar de assinalar que nada conspira mais contra a sua existência e prática do que o excesso de pobreza absoluta. Pobreza relativa, todos os países sempre a terão, pois até nos Estados Unidos 30% da população são pobres – mas por padrões americanos. Pobreza para

valer, como no Brasil, como no Nordeste – ou seja, pobreza absoluta – a algo que, o mais breve possível, deve ser eliminado.

“Estudo recente do Banco Mundial indica, grosso modo, algo como 27% para a fração de pobreza absoluta no Brasil (famílias com renda inferior a dois salários mínimos). Ora, no Nordeste, aquele percentual alcança 52%. Ou seja, metade das famílias do Nordeste são pobres, por padrões brasileiros”.

A EVOLUÇÃO POLÍTICA

Ao analisar alguns fatores condicionados da evolução política próxima do país, o ex-ministro Reis Velloso aponta:

“Primeiro, o papel dos partidos políticos, que devem estar na linha do processo, amadurecidamente. Talvez um dos mais importantes fatores de estabilização política, para o país, seja que os grandes partidos alijem de posições de comando os seus radicais.

“Na fase anterior à Revolução, PSD e UDN sempre entregavam as decisões, nas horas de crise, aos seus elementos moderados. O MDB, até pouco, parecia especializar-se exatamente no oposto: nas crises, os radicais sempre preponderavam. Nas atuais condições de desarmamento de espíritos, e se não se deseja o revanchismo, tal situação não se justifica, em nome do progresso mais rápido da abertura e para tornar natural a eventual rotatividade no poder.

Por outro lado, o PDS deve ter uma nítida mensagem social, evitando, nesse particular, os pecados tanto da antiga UDN como do PSD

“Em segundo lugar, a Igreja está reservado um papel importante na consecução dos ideais de justiça social, que a pregação de João Paulo II trouxe, em pessoa, ao Brasil, e inclusive ao nosso Piauí.

“O nosso Papa soube mostrar muito bem que a política partidária não é território da Igreja, mas que a esta cabe participar na sociedade deste mundo – na preservação da dignidade humana, na busca de uma ordem social mais justa e na defesa dos pobres.

“Chamada a participar, num país de contrastes e graves problemas, e na palavra do seu Sumo Pontífice que a Igreja vai encontrar a justa medida da sua participação. Talvez essa autolimitação tenha menos charme, para algumas vocações menos firmes, do que o envolvimento completo na sociedade dos homens, e, em especial, na arena política. Mas agir diferentemente seria negar a dimensão espiritual, religiosa, da missão sacerdotal”.

“Em terceiro lugar, o problema da demagogia populista.

Regiões metropolitanas como São Paulo e Rio, hoje já com populações na ordem de 12 e 8 milhões de habitantes, respectivamente, continuam crescendo entre 4 e 5% ao ano. O mesmo ocorre em todas as grandes cidades brasileiras, inclusive no Nordeste.

A essas cidades, pois, chegam anualmente, não milhares, mas milhões de migrantes, que vão acrescer o repositório de mão-de-obra subempregada dos grandes centros, a despeito de estarmos num dos países em que o ritmo de criação de novos empregos tem sido dos mais altos do mundo. Quais são os valores sociais e políticos desse grande contingente de subempregados, ou colocados numa faixa de até, digamos, cinco salários-mínimos, em grande escala provenientes de um mundo diferente, no interior do Nordeste ou do resto do país?

Eles são brasileiros, têm os mesmos direitos que nos, que nos julgamos conscientizados, politicamente. Dentro de que critérios irão votar? Esse é um dos problemas mais sérios do futuro político brasileiro: como evitar novas aventuras sindicalistas, que só vêm uma forma de fazer política – acenar com novos favores e, às vezes, benefícios ilusórios, independentemente das repercussões sobre a viabilidade econômica do país.

“Porque ai está o limite, realmente, até onde podem ir os partidos. E preciso eliminar a pobreza. A economia de mercado só funciona bem quando incorpora o grande número. Mas nenhum projeto político pode ser admitido se significar a inviabilização do país.

“A saída está em não recuar tabus, e realizar com determinação, embora progressivamente, as transformações necessárias à redução dos desequilíbrios sociais do país”.